



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOARES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA (PR): CONFLITOS, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS**

*Katarina Fagundes Aragão*

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: [katarinafagundes@ufpr.br](mailto:katarinafagundes@ufpr.br)

*Geórgia Fernnanda Baggio de Oliveira*

Graduanda do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do

Paraná (UFPR)

E-mail: [gebaggio04@gmail.com](mailto:gebaggio04@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto TED Quilombos, uma parceria firmada entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de nove comunidades quilombolas do estado do Paraná, entre elas, Estreitinho e Três Canais, localizadas no município de Adrianópolis, definidas como o recorte territorial da pesquisa.

Segundo o Censo Quilombola (IBGE, 2022), 61,71% das comunidades quilombolas vivem em áreas rurais, onde o acesso à infraestruturas e serviços básicos, por vezes, é precário. Essas vulnerabilidades se intensificam em situações de desastres climáticos, fato que pôde ser observado recentemente durante a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2024, onde diversos veículos de comunicação denunciaram a falta de suporte para comunidades rurais e quilombolas, que enfrentaram semanas de isolamento e quadros de insegurança alimentar, em função da perda total de hortas, roças e infraestruturas utilizadas para criação de animais (Rio Grande do Sul, 2024).

Os dados e as projeções elaborados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC (2023), revelam um cenário de desequilíbrio sem precedentes para o planeta, que



se aproxima à passos largos do ponto de “não retorno”. Através da Geografia é possível confrontar que as mudanças climáticas perpassam pela questão agrária e, conseqüentemente, pela discussão sobre o território e o “permanente processo de des-reterritorialização” (Haesbaert, 2023, p. 5). O agronegócio, a pecuária extensiva e a mineração são grandes agentes da destruição da natureza e estão diretamente ligados aos conflitos fundiários que afetam povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas. Em contrapartida, os modos de vida e as territorialidades desses grupos estão em *confluência com a natureza* (Santos, 2020) e comprometidos com práticas territoriais sustentáveis, a exemplo da agrofloresta.

Considerando tal contexto, o objetivo principal desta pesquisa é compreender como as mudanças climáticas afetam as comunidades quilombolas de Estreitinho e Três Canais. E, para consolidar essa compreensão, buscamos: I - identificar as percepções sobre as mudanças climáticas e o impacto na produção de alimentos; e II - analisar dados oficiais sobre precipitação, temperatura e aumento das áreas de pastagem na região do Vale do Ribeira, onde as comunidades estão situadas. Para alcançar tais objetivos foi elencada a pesquisa quali-quantitativa, realizada através do levantamento e análise de dados secundários, revisão bibliográfica e trabalhos de campo.

## METODOLOGIA

De acordo com Souza e Kerbauy (2017, p. 40),

a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe a histórica dicotomia quantitativa-qualitativa (Souza e Kerbauy (2017, p. 40).

Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, buscando articular as percepções dos moradores das comunidades estudadas, dados oficiais e pesquisas acadêmicas acerca das mudanças climáticas. Os procedimentos metodológicos foram organizados em três etapas distintas, a saber: 1) revisão de literatura (artigos científicos, teses, dissertações, legislações e relatórios) relacionados à mudanças climáticas, comunidades quilombolas, racismo ambiental e território; 2) coleta e análise de dados secundários a partir do IPCC, do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e das plataformas MapBiomas, Sistema de



Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) e AdaptaBrasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e 3) observação participante, através de trabalhos de campo realizados nas comunidades quilombolas de Estreitinho e Três Canais, viabilizados pela participação das autoras no projeto TED Quilombos, no período de setembro de 2024 a julho de 2025.

Os trabalhos de campo foram divididos entre caminhadas pelos territórios, especialmente nas áreas de cultivo, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas com o intuito de identificar a percepção das pessoas sobre as mudanças nos padrões climáticos, como o aumento das temperaturas, a ocorrência de eventos extremos (tempestades, secas, enchentes etc.) e os possíveis impactos na produção de alimentos. Ressaltamos que, para preservar as identidades dos interlocutores, optamos por utilizar nomes fictícios nos relatos, cujas falas estão destacadas em *itálico* no corpo do texto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inserido no bioma Mata Atlântica e conhecido por sua notável sociobiodiversidade, o Vale do Ribeira está situado entre os estados de São Paulo e Paraná<sup>1</sup>, correspondendo a uma área que é palco de inúmeros conflitos socioambientais motivados por Unidades de Conservação e grandes empreendimentos (madeireiras, mineradoras, barragens, fazendas de gado e búfalos, etc.) que promovem a grilagem de terras, a concentração fundiária, a degradação da natureza e a expropriação de grupos sociais que ocupam a região (Giacomini, 2010), entre eles, inúmeros quilombos, aqui considerados como espaços de acolhimento, resistência e mobilização política (Arruti, 2008; Nascimento, 1980; Nascimento, 1985).

Como resultado desse processo, as comunidades quilombolas de Estreitinho e Três Canais, localizadas nos limites entre Adrianópolis/PR e Barra do Turvo/SP (Figura 1), têm percebido mudanças nos padrões climáticos nas duas últimas décadas, a exemplo do aumento das temperaturas e da intensidade das chuvas, ainda que os níveis totais de precipitação estejam em

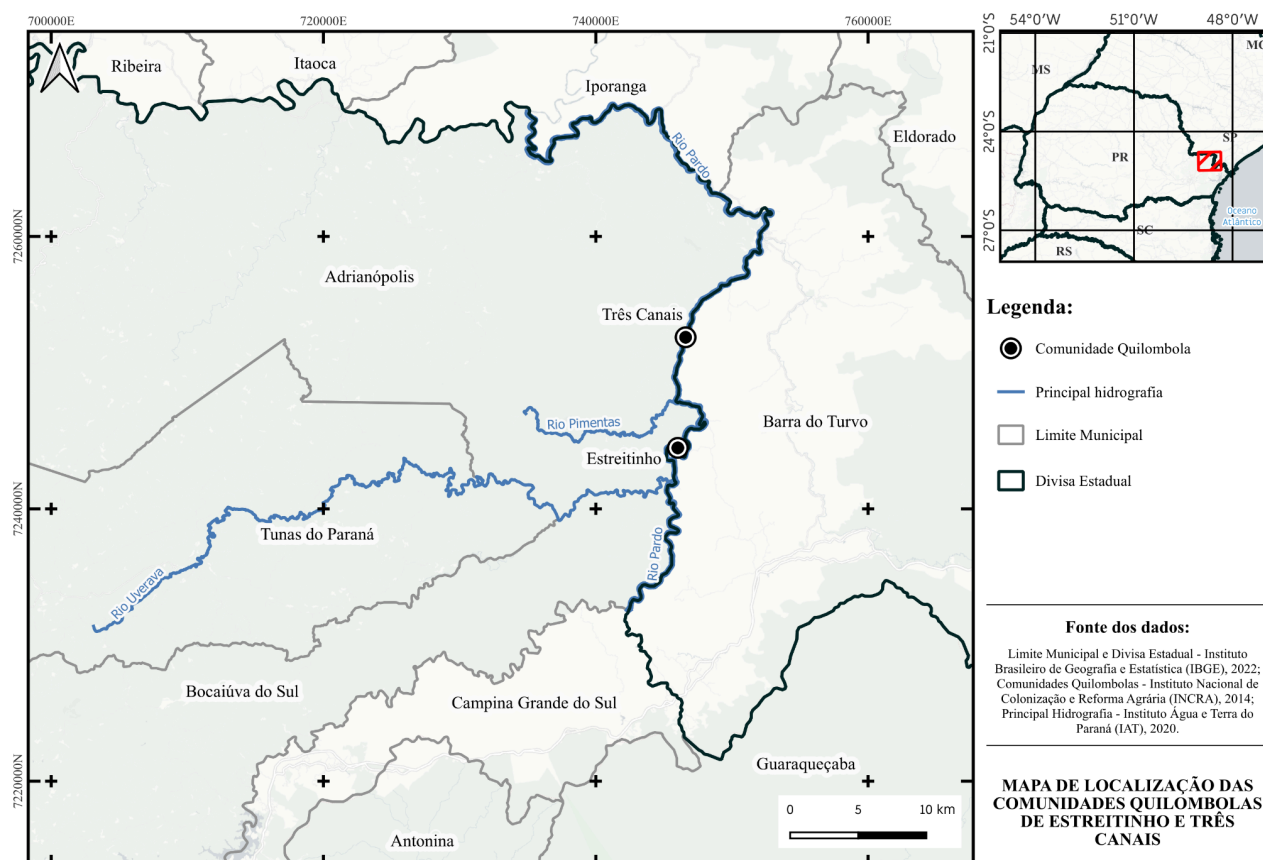
---

<sup>1</sup> O Vale do Ribeira é composto por 30 municípios localizados na área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, sendo 23 no estado de São Paulo (Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juitituba, Miracatu, Pariquera-Açú, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí) e 7 no estado do Paraná (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná).



declínio, conforme observado nos dados oficiais. Essas alterações impactam diretamente as atividades agrícolas e ameaçam a segurança e a soberania alimentar das famílias, aqui entendida como o direito à apropriação dos alimentos (produção e consumo) baseada em práticas culturais e conhecimentos específicos (Via Campesina, 1996).

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ESTREITINHO E TRÊS CANAIS



Fonte: IAT (2020); IBGE (2022); INCRA (2014). Elaborado pelas autoras (2025).

Em Estreitinho, o senhor Manoel afirma que *nos últimos anos as chuvas estão mais fortes, fazendo o rio subir de um jeito que eu nunca tinha visto*. O aumento da intensidade de chuvas e, conseqüentemente, a elevação do nível dos córregos e rios, impactam diretamente a mobilidade das pessoas e o escoamento da produção, visto que as duas comunidades estão situadas às margens do Rio Pardo (Figura 2).



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

FIGURA 2 - TRECHO DO RIO PARDO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE  
ESTREITINHO E TRÊS CANAIS



Fonte: As autoras (2025).

Conforme os dados atmosféricos disponibilizados pela plataforma MapBiomas, entre os anos de 2000 a 2024, tanto em Adrianópolis quanto em Barra do Turvo, houve uma queda nos níveis de precipitação anual, como é possível visualizar nas Figuras 3 e 4, logo abaixo. Observamos ainda que, em mais de duas décadas, o ano de 2020 registrou os menores índices de precipitação da série histórica, seguido por 2024, o ano que já é considerado por órgãos oficiais como o mais quente da história (World Meteorological Organization, 2025).



FIGURA 3 - PRECIPITAÇÃO ANUAL (EM MM) NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS/PR,  
NO PERÍODO DE 2000 A 2024

### Atmosfera - Precipitação anual - 2000 - 2024



Fonte: MapBiomias (2025).

FIGURA 4 - PRECIPITAÇÃO ANUAL (EM MM) NO MUNICÍPIO DE BARRA DO  
TURVO/SP, NO PERÍODO DE 2000 A 2024

### Atmosfera - Precipitação anual - 2000 - 2024



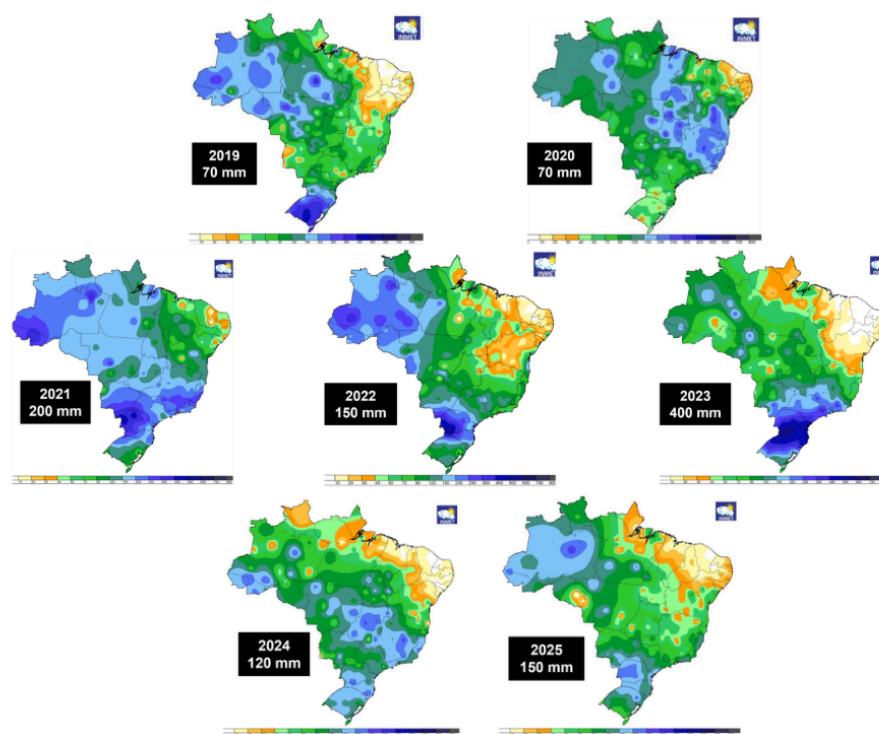
Fonte: MapBiomias (2025).

Apesar da precipitação média anual apresentar declínio, observamos a tendência de concentração da precipitação em períodos específicos do ano. Como exemplo, nos meses de outubro de 2019 a outubro de 2025, os boletins agroclimatológicos do INMET mostram que na região do Vale do Ribeira a precipitação média anual foi de 165 mm (Figura 5). Nesse período, o menor valor registrado foi de 70 mm, nos anos de 2019 e 2020, enquanto o ápice ocorreu em 2023,



quando foram contabilizados 400 mm, um aumento expressivo que pode ser vislumbrado a partir da atuação do El Niño<sup>2</sup>, um fator que contribui para a intensificação do volume de chuvas na região.

FIGURA 5 - PRECIPITAÇÃO ACUMULADA (MM) NA REGIÃO ESTUDADA NOS MESES DE OUTUBRO (2019 A 2025)



Fonte: INMET (2025). Adaptado pelas autoras (2025).

Esses episódios de precipitação acumulada em um curto período de tempo indicam maior vulnerabilidade à eventos geo-hidrológicos, como deslizamentos de terra, enchentes e inundações. Por outro lado, a concentração das chuvas em períodos específicos também pode favorecer estiagens prolongadas e secas no restante do ano, afetando a disponibilidade de recursos hídricos e a própria segurança alimentar.

De acordo com a plataforma AdaptaBrasil, em uma escala de 0 a 1, o município de Adrianópolis apresenta índice **0,69**, considerado Alto, no que tange ao indicador “Área plantada com culturas agrícolas alimentares”. Já o município de Barra do Turvo possui índice **0,41**,

<sup>2</sup> Fenômeno que provoca o aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico, seus efeitos se apresentam de formas distintas ao redor do mundo, a exemplo de grandes enchentes e secas. Apesar de ser um fenômeno natural, o El Niño vem sendo intensificado pelas mudanças climáticas (NASA, 2025).

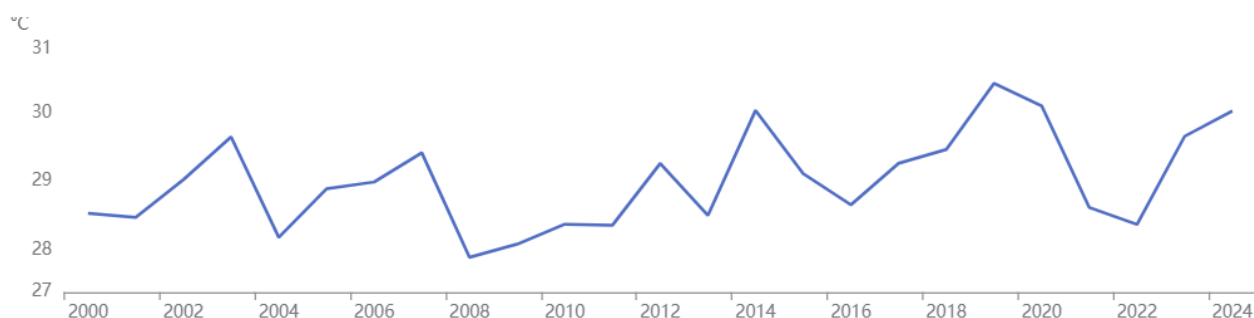


considerado Médio. Esse indicador representa a vulnerabilidade da produção agrícola em episódios de seca, evidenciando que as mudanças climáticas podem afetar diretamente a disponibilidade de alimentos (AdaptaBrasil, 2025).

Outro fator relevante para a discussão aqui proposta se relaciona com a percepção sobre as temperaturas e a sensação térmica. As Figuras 6 e 7 mostram que em Adrianópolis e Barra do Turvo, a partir de 2012, a temperatura média anual do ar se aproximou e ultrapassou os 30 °C, de forma mais recorrente (MapBiomias (2025)).

FIGURA 6 - TEMPERATURA MÉDIA ANUAL DO AR NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, NO PERÍODO DE 2000 A 2024

#### Atmosfera - Temperatura máxima anual do ar - 2000 - 2024



Fonte: MapBiomias (2025).

FIGURA 7 - TEMPERATURA MÉDIA ANUAL DO AR NO MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO, NO PERÍODO DE 2000 A 2024

#### Atmosfera - Temperatura máxima anual do ar - 2000 - 2024



Fonte: MapBiomias (2025).



As alterações na temperatura podem estar relacionadas ao desmatamento e ao aumento das áreas de pastagem. De acordo com os moradores, na década de 1970 houve um *boom* de conflitos fundiários, originados em virtude da chegada de fazendeiros na região. A partir de então, além da perda do território tradicional, as comunidades também acompanharam, gradualmente, a transformação da paisagem natural em extensas áreas de pasto destinadas à criação de gado e, desde o início dos anos 2000, de búfalos (Figura 8). Segundo os relatos, a bubalinocultura apresenta grande retorno financeiro e se percebe a introdução de cada vez mais animais, principalmente desde 2020, tendo em vista a crescente demanda da indústria leiteira. Contudo, para Seu Manoel, *os búfalos destroem tudo, pisoteiam e empobrecem o solo, comem as plantações e matam a nascente dos rios.*

FIGURA 8 - CRIAÇÃO DE BÚFALOS EM ÁREAS PRÓXIMAS ÀS COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS DE ESTREITINHO E TRÊS CANAIS



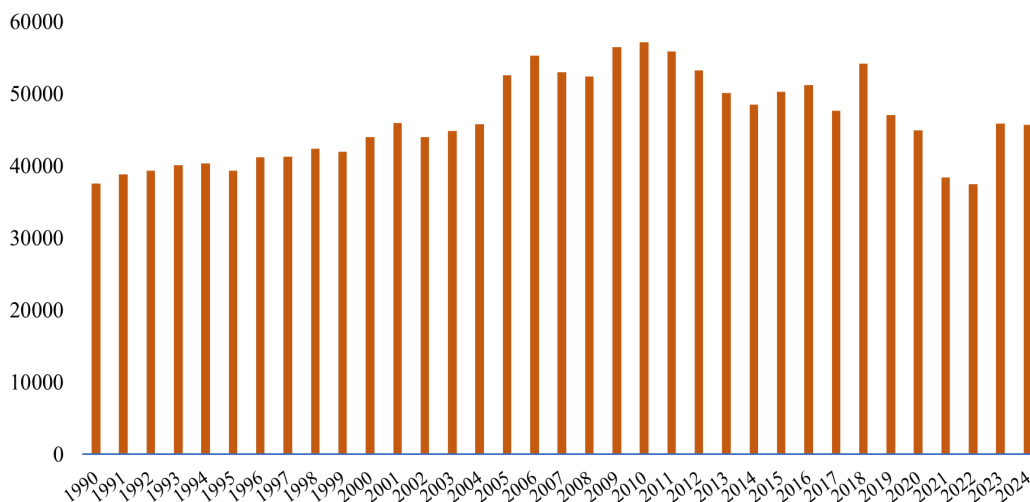
Fonte: As autoras (2025).

Segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), uma plataforma desenvolvida pelo Observatório do Clima, no período de 1990 a 2024, as atividades agropecuárias no município de Adrianópolis foram responsáveis pela emissão média de mais de 46 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) por ano (Gráfico 1).



## GRÁFICO 1 - EMISSÃO DE CO<sub>2</sub> (EM MILHÕES DE TONELADAS) PELO SETOR DE AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, NO PERÍODO DE 1990 A 2024

### EMISSÃO DE CO<sub>2</sub> (EM MILHÕES DE TONELADAS) PELO SETOR DE AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, NO PERÍODO DE 1990 A 2024

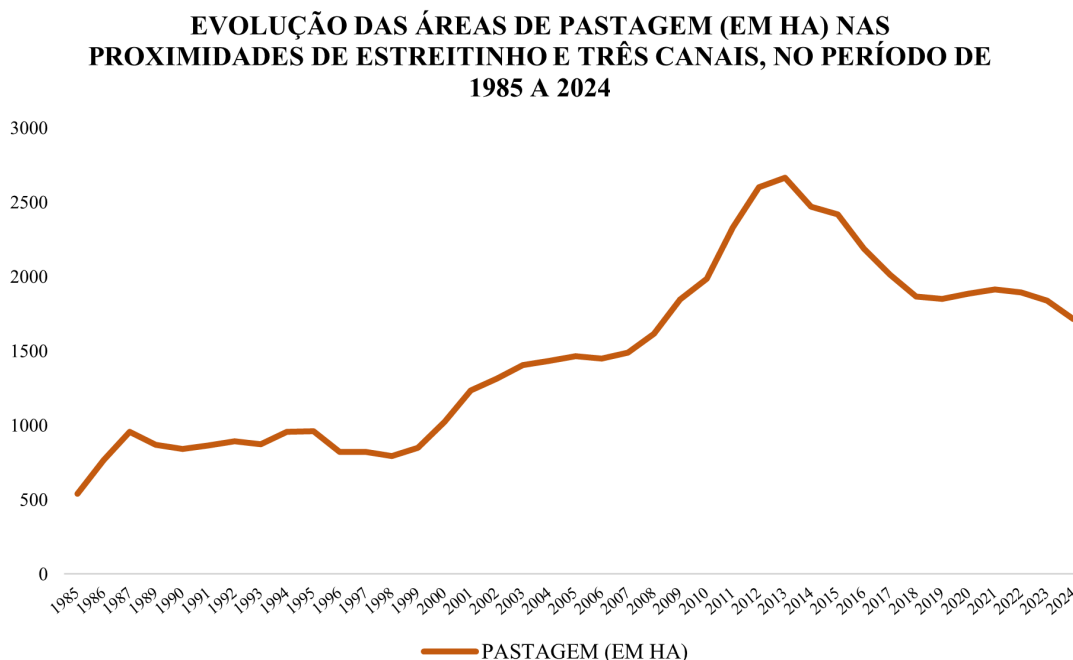


Fonte: SEEG (2025). Elaborado pelas autoras (2025).

Considerando o recorte temporal de 1985 a 2024, na região onde as comunidades estão localizadas, houve o crescimento de mais de 200 % das áreas de pastagem (MapBiomass, 2025). A evolução das pastagens (Gráfico 2), está intimamente relacionada às pressões fundiárias que ocasionaram uma drástica redução do território tradicionalmente utilizado por Estreitininho e Três Canais, além de influenciar as percepções sobre a temperatura e dificultar as práticas agrícolas desenvolvidas pelas duas comunidades.



## GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE PASTAGEM (EM HA) NAS PROXIMIDADES DE ESTREITINHO E TRÊS CANAIS, NO PERÍODO DE 1985 A 2024



Fonte: MapBiomias (2025). Elaborado pelas autoras (2025).

Durante as idas à campo, ao questionar os possíveis impactos do calor intenso, além do desconforto térmico, a equipe ouviu das comunidades que surgiram problemas relacionados à produção, especialmente de frutas e hortaliças. Entre as falas, destacamos três: 1) *O calor atrai mais bichos e deixa as frutas mais fracas (Manoel)*; 2) *As peras davam em junho, mas devido ao calor estão dando em dezembro (Joaquim)*; 3) *Quanto mais próximo das áreas abertas, das áreas de pasto, mais as frutas caem (Francisca)*. Os relatos alertam para os impactos já percebidos na produção de alimentos, uma realidade que não é exclusiva ao Vale do Ribeira.

Silva (2023) apresenta a relação entre as mudanças climáticas e a segurança alimentar no quilombo Bela Vista do Piató, localizado no Rio Grande do Norte, de acordo com os levantamentos realizados pela autora, os altos índices de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) afetam a fertilidade do solo, diminuindo a produtividade. As altas temperaturas, aliadas às mudanças nos padrões de precipitação, também podem restringir a disponibilidade de água e ocasionar perda de biodiversidade (incluindo espécies vegetais e animais que compõem a dieta dos moradores), ocasionando, consequentemente, o empobrecimento nutricional da comunidade.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

As mudanças na temperatura influenciam principalmente a duração do ciclo da cultura, uma vez que cada espécie e variedade tem faixas de temperatura ideais para seu desenvolvimento. Temperaturas fora dessas faixas comprometem o desenvolvimento [...] A disponibilidade de água no solo, que depende especialmente da precipitação e da evapotranspiração, é outro fator importante para a produtividade das culturas (Assad e Assad, 2024, p. 274).

Apesar do cenário desafiador, é possível observar a preocupação das comunidades quilombolas com o meio ambiente, de modo que, em Estreitinho e Três Canais, uma das estratégias têm sido a prática da agrofloresta (Figura 9), um sistema que busca promover a autorregulação de fatores abióticos (água, solo, temperatura etc) com a produção de alimentos (Steenbock e Vezzani, 2023, p. 14) e que é utilizado por famílias nas duas comunidades, há pelo menos 20 anos.

FIGURA 9 - ÁREAS DE AGROFLORESTA EM ESTREITINHO E TRÊS CANAIS



Fonte: As autoras (2025).

As áreas de agrofloresta se configuram enquanto verdadeiros refúgios em meio às extensas pastagens que circundam as duas comunidades. Ao adentrar essas áreas, imediatamente sentimos o desconforto térmico diminuir, além de observar a diversidade de fauna e flora, incluindo os

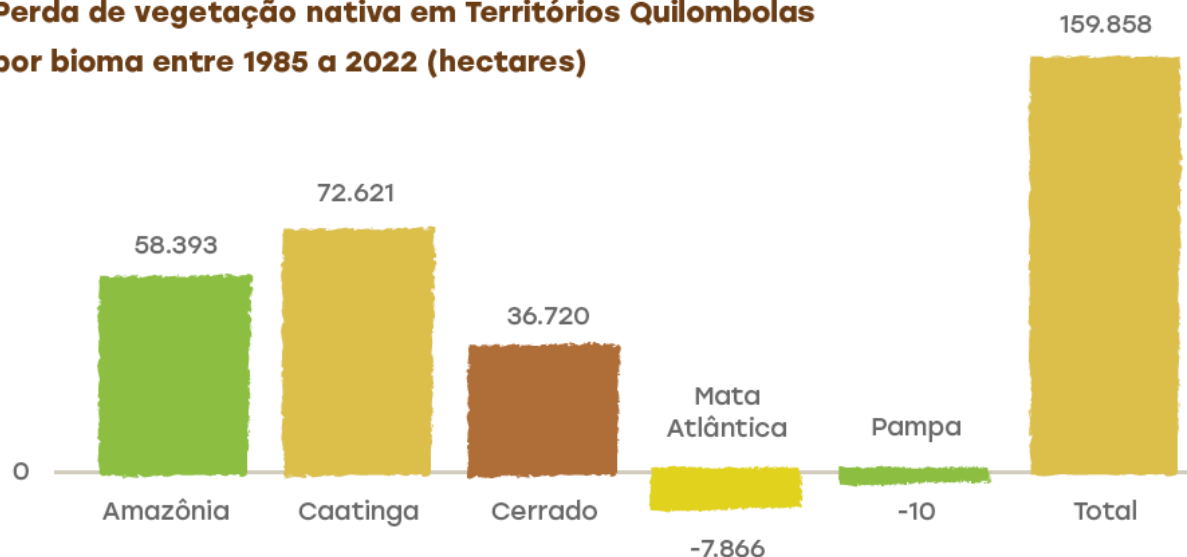


alimentos utilizados para o consumo das famílias e destinados para a comercialização, a exemplo da banana, da pupunha. Assim, contrastando com as fazendas lindeiras, as áreas atualmente ocupadas pelas comunidades apresentam altos índices de cobertura vegetal que incluem a presença de espécies nativas, como a Canela Imbuia (*Ocotea porosa*), o Cedro (*Cedrella fissilis Vell*) e a Juçara (*Euterpe edulis*), ameaçada de extinção.

O documento sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) dos Quilombos do Brasil, elaborado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), traz dados consolidados acerca da importância dos quilombos no combate à degradação ambiental (Figura 10) e na proteção de nascentes e da biodiversidade como um todo, defendendo a titulação dos territórios quilombolas enquanto um horizonte de enfrentamento à crise climática (CONAQ, 2025).

FIGURA 10 - PERDA DA VEGETAÇÃO NATIVA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS POR BIOMA ENTRE 1985 A 2022 (HECTARES)

**Perda de vegetação nativa em Territórios Quilombolas por bioma entre 1985 a 2022 (hectares)**



Fonte: CONAQ, 2025.

A relação harmoniosa com a natureza é fruto de um processo histórico que constitui as territorialidades quilombolas, onde o cuidado com a terra e as águas, os bens comuns, é percebido como um cuidado coletivo, que garante a manutenção das famílias em seus territórios. Entretanto, os conflitos socioambientais ameaçam esse cuidado, à medida em que impactam negativamente o



patrimônio cultural, a saúde física e mental, a soberania e a segurança alimentar das comunidades quilombolas, além de restringir o acesso à terra e a água, aspectos vitais para a reprodução dos modos de vida (Almeida *et al.*, 2025).

O debate acerca das ações para o enfrentamento da emergência climática, portanto, devem ser multissetoriais, com participação e debate popular, a fim de não deixar de lado as questões estruturais do desenvolvimento, na perspectiva conjugada da garantia dos direitos humanos e da natureza. Por fim e não menos importante, o conceito de justiça socioambiental considera os campos dos conflitos territoriais como conectados com os direitos de ser e de existir dos povos. Essa relação se dá, no contexto da América Latina, a partir do avanço do extrativismo dependente (pecuário, agrícola, mineral) do modelo de desenvolvimento dominante e as ações de denúncias dos povos e movimentos sociais frente aos processos de vulnerabilização (Isaguirre-Torres e Maso, p. 480, 2023).

Nesse contexto, uma questão primordial trata da formulação e operacionalização de políticas públicas que escutem e contemplem as demandas das comunidades, por exemplo, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola - PNGTAQ (Decreto nº 11.786/2023), uma normativa que abrange diversas temáticas, como soberania alimentar, gênero, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e justiça climática (Brasil, 2023). Sobre a questão climática, a PNGTAQ propõe:

Art. 2º São objetivos gerais da PNGTAQ:

VI - promover o desenvolvimento socioambiental, a melhoria da qualidade de vida, o bem-viver, a paz e a justiça climática, com as condições necessárias para a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações das comunidades quilombolas.

Eixo 1 - integridade territorial, usos, manejo e conservação ambiental

Art. 6º São objetivos específicos do Eixo 1:

XII - realizar ações de informação e sensibilização sobre impactos da emergência climática, justiça climática e **racismo ambiental** nos territórios quilombolas e em seu entorno e promover a criação de sistemas participativos de diagnóstico e monitoramento dos impactos da emergência climática, com vistas à elaboração de estratégias preventivas e ações de mitigação e adaptação nos territórios quilombolas (Brasil, 2023, grifo nosso).

Conforme mencionado na redação oficial, pautar a questão racial é imprescindível para (re)pensar estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Compartilhamos do pensamento de Ferdinand (2022) sobre o *habitar colonial da Terra* que produz e mantém a crise climática-ecológica. Para o autor, *o extrativismo das peles negras* também é uma forma de exploração da natureza, materializada através do racismo ambiental (Ferdinand, 2022, p. 201).

Se no espaço urbano o racismo ambiental se manifesta por meio da ausência de infraestruturas básicas, planejamento territorial, arborização etc., no meio rural observamos a



expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, seguida pela degradação da natureza para implementação de indústrias, barragens, garimpos, empreendimentos madeireiros e agropecuários, entre outros. Todavia, em ambos os espaços, a população negra é desproporcionalmente impactada por eventos climáticos, o que nos leva a observar *tragédias que têm cor* (Santos, 2023, p. 76).

No que tange à questão da soberania e da segurança alimentar, de acordo com a PNGTAQ:

Eixo 2 - produção sustentável e geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional

Art. 7º São objetivos específicos do Eixo 2:

I - fomentar o **reconhecimento e a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas** e a conservação e o uso sustentável da sociobiodiversidade, com valorização dos saberes e das práticas existentes nos territórios;

V - fomentar e fortalecer estratégias de recuperação de áreas degradadas que envolvam a dimensão produtiva, respeitada a diversidade de espécies (Brasil, 2023, grifo nosso).

Um dos destaques da sociobiodiversidade do Vale do Ribeira diz respeito às práticas agrícolas tradicionais, desenvolvidas a partir de um conjunto de saberes ligados à natureza. Todos esses conhecimentos formam um modo cultural específico de produzir alimentos, o chamado Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) do Vale do Ribeira, que foi reconhecido, em 2018, como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2018).

A agricultura tradicional quilombola corresponde a experiências adquiridas e acumuladas na vivência, pesquisa e observação das dinâmicas da natureza ligadas aos resultados de manejos das comunidades. Esse etnoconhecimento compõe um repertório de saberes resultantes do passado, das origens africanas e indígenas. O Iphan, no ano de 2018, considerou que o saber existente na roça tradicional quilombola é transmitido por meio de gerações e por via da oralidade e observação, em vivências práticas, considerando a formação do saber-fazer com o manejo dos recursos naturais para a agricultura (Sousa, 2021, p. 100).

A ideia de sistema se caracteriza pela associação entre a diversidade de espécies cultivadas (principalmente a mandioca, o milho, o feijão e o arroz), manejo do solo, preparo e consumo de alimentos e das dinâmicas de produção e comercialização, aliadas a expressões culturais como música, dança e religiosidade (Andrade e Kishimoto, 2017, p. 6). Assim, a valorização do SATQ, do ponto de vista normativo, é fundamental para a manutenção da segurança alimentar das famílias e para a reafirmação da soberania alimentar, que se constitui enquanto parte da territorialidade quilombola.



Apesar das dificuldades para sua implementação, como o orçamento insuficiente para contemplar todas as ações propostas, a PNGTAQ se apresenta enquanto uma política pública de potencial transformador, que reforça o protagonismo das comunidades e dá visibilidade para temas pouco discutidos formalmente, como o racismo ambiental, as juventudes e a própria questão climática, aspectos que não foram pautados até mesmo em legislações específicas para povos e comunidades tradicionais, como é o caso da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007).

Mas o que torna a PNGTAQ tão singular é justamente a pluralidade de mãos que a construíram, visto que, o processo de elaboração envolveu diálogos coletivos entre comunidades quilombolas de todo o Brasil, durante uma década de encontros, oficinas e formações (Brasil, 2023). Entretanto, para além da criação de políticas, é necessário implementá-las, especialmente no contexto atual em que vivemos uma emergência climática. Segundo a CONAQ,

[...] se torna evidente que o nosso reconhecimento, a titulação e a proteção territorial e, em sua decorrência, a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), representam uma das políticas de mitigação climática mais promissoras para o cumprimento da meta climática brasileira, e devem estar explicitamente incluídas como metas na NDC brasileira, além do Plano Clima Nacional. Enfrentar a crise climática a partir da perspectiva quilombola significa, portanto, acelerar a superação das desigualdades estruturais que mantêm 87% dos quilombos sem a titulação definitiva de suas terras no Brasil. É por isso que a verdadeira transformação ecológica brasileira passa, impreterivelmente, pelo fortalecimento do protagonismo das comunidades que há séculos protegem os biomas nacionais (CONAQ, 2025).

Diante das experiências observadas no Vale do Ribeira e das discussões aqui apresentadas, consideramos pertinente ressaltar que há compatibilidade entre as percepções de Estreitinho e Três Canais e os dados oficiais, a respeito das alterações nos padrões de pluviosidade e temperatura. A partir das análises, notamos: a distribuição irregular das chuvas que, ora localizadas em períodos específicos, contribuem para eventos geo-hidrológicos de grande intensidade e, ora dispersas, podem impulsionar estiagens prolongadas e secas; o aumento das temperaturas em Adrianópolis e Barra do Turvo, alertando para os efeitos sobre a saúde humana e a produção de alimentos. Esses dois indicadores podem ser relacionados com o aumento expressivo das áreas de pastagem na região e, consequentemente, com as emissões de CO<sub>2</sub>.

Desse modo, a prática da agrofloresta tem auxiliado as comunidades a minimizar os impactos do desequilíbrio climático. Observamos que a presença da cobertura vegetal nas proximidades das casas, além da preservação das margens e nascentes de córregos e rios, são



fundamentais para atenuar as altas temperaturas e propiciar certo conforto térmico, o que torna a defesa desses territórios urgente e imprescindível para a mitigação climática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, realizada num contexto de regularização fundiária, se depara com uma realidade que envolve diversos conflitos e resistências coletivas e, nessa complexidade de disputas, nos debruçamos sobre a urgência de discutir as assimetrias causadas pelas mudanças climáticas, entendendo a importância de aprofundamentos teóricos sobre o tema, especialmente a partir da Geografia e sua possibilidade de articular os fenômenos que envolvem a sociedade e a natureza. Nesse sentido, os principais apontamentos sinalizam para a importância da inserção de povos e comunidades tradicionais - aqui especificamente os quilombolas - nos espaços formais de discussão e decisão, considerando suas contribuições para a preservação do meio ambiente.

Como exemplo recente, podemos citar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), que ocorreu entre os dias 10 e 21 de novembro, em Belém, no estado do Pará. Destacamos a participação de quilombolas de todo o Brasil durante as negociações formais, para cobrar e pressionar líderes políticos para firmar compromissos e ações concretas no enfrentamento às mudanças climáticas, como a elaboração de planos de adaptação e mitigação, o fortalecimento da agricultura quilombola e investimentos para a transição energética justa.

Como resultado dessa mobilização, de forma inédita, os afrodescendentes foram formalmente reconhecidos e incluídos em documentos oficiais resultantes da COP-30 (CONAQ, 2025), evidenciando a necessidade do fortalecimento de políticas e ações voltadas para a defesa desses povos, como aquelas propostas na PNGTAQ. De fato, o caminho a percorrer ainda é bastante longo e árduo, contudo, entendemos que todos os avanços devem ser considerados e celebrados.

Ademais, tendo em vista a insegurança jurídica enquanto um fator que contribui para a intensificação dos conflitos socioambientais e, conseqüentemente, para a degradação na natureza (Almeida *et al.*, 2025; Conaq, 2025) e para a escassez de alimentos, defendemos, portanto, o reconhecimento e a garantia dos direitos territoriais de Estreitinho e Três Canais, bem como das demais comunidades quilombolas do país, como uma estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R.; MASULLO, Y. A. G.; MACIEL, D. S.; AVELAR, C. M. C. Impactos das mudanças climáticas na luta por direitos territoriais e na reprodução de conflitos socioambientais na região da baixada maranhense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 21, n. 2, p. 54-81, mai./ago, 2025. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7841>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ANDRADE, A. M. C; KISHIMOTO, A. (Org). **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, v. 1, 2017. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-sp-vol-1>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ARRUTI, J. M. Quilombos. *In*: SANSONE, L.; PINHO, O. A. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008. p. 315-350.

BRASIL. **Decreto Nº 11.786, de 20 de novembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, DF, 20 de nov. 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11786.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11786.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022 Panorama indicadores quilombolas**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=3>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Meteorologia. **Boletins agroclimatológicos (2019-2025)**. Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/boletinsagro>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **AdaptaBrasil**. Disponível em: <<https://adaptabrasil.mcti.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Política nacional de gestão territorial e ambiental quilombola: Relatório Técnico sobre a retomada da elaboração da minuta de Decreto Presidencial**. Disponível em: <[https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/relatorios/PNGTA\\_01\\_12\\_2023.pdf](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/relatorios/PNGTA_01_12_2023.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2025.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. CONAQ celebra decisão da ONU que inclui afrodescendentes nos documentos climáticos. **CONAQ**, 22 de novembro de 2025. Disponível em: <<https://conaq.org.br/conaq-celebra-decisao-da-onu-que-inclui-afrodescendentes-nos-documentos-climaticos/>>. Acesso em: 27 nov. 2025.



COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **NDC dos quilombos no Brasil**. “Anexo à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil”. CONAQ, 2025. Disponível em: <[https://conaq.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NDC\\_QUILOMBOLA\\_CONAQ.pdf](https://conaq.org.br/wp-content/uploads/2025/10/NDC_QUILOMBOLA_CONAQ.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2025.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

GIACOMINI, R. L. B. **Conflito identidade e territorialização**. Estado e comunidades remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira de Iguape – SP. 2010. 389f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, p. 1-7, jul./dez. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

HAWKINS, E. WMO confirms 2024 as warmest year on record at about 1.55°C above pre-industrial level. **World Meteorological Organization**, 10 January 2025. Disponível em: <<https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2023: Synthesis Report. Summary for Policymakers**. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

IPHAN. Sistema agrícola tradicional do Vale do Ribeira agora é patrimônio cultural do Brasil. **Iphan**, 20 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4838/sistema-agricola-tradicional-do-vale-do-ribeira-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ISAGUIRRE-TORRES, K. R.; MASO, T. F. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 458-485, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/yDkqJkpnpdHnQHZcF395Zkk/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 08 ago. de 2025.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomias. **MapBiomias Atmosfera - Versão 1**. Disponível em: <[https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/atmosphere/atmosphere\\_annual\\_minimum\\_air\\_temperature](https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/atmosphere/atmosphere_annual_minimum_air_temperature)>. Acesso em: 28 nov. 2025.

NACIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. El Niño. **NASA**, 2025. Disponível em: <<https://science.nasa.gov/earth/explore/el-nino/>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.



NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. 1985. *In*: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 117-125. Disponível em: <<https://abpn.org.br/biblioteca-abpn/eu-sou-atlantica-sobre-a-trajetoria-de-vida-de-beatriz-nascimento/>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**. Disponível em: <<https://plataforma.seeg.eco.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Relatório de impactos socioclimáticos aos quilombolas**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://www.sdr.rs.gov.br/relatorio-de-impactos-socioclimaticos-aos-quilombolas>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

SANTOS, R. L. Panorama das mudanças climáticas no Brasil e seus impactos no território. *In*: BELMONT, M. (Org). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil**. São Paulo: Peregum, 2023. p. 73-77.

SILVA, L. R. **Semiárido, mudanças climáticas e segurança alimentar e nutricional**: um olhar sobre o rural pesqueiro da Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató - Assú/RN. 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOUSA, D. M. Patrimonialização do sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira-SP. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 2, p. 97-111, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/3959/4276>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>>. Acesso em: 28 nov. 2025.

STEENBOCK, W; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2023.

VIA CAMPESINA. **O que é soberania alimentar?**. [s.d]. Disponível em: [https://viacampesina-org.translate.google/en/what-is-food-sovereignty/?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt&\\_x\\_tr\\_pto=tc](https://viacampesina-org.translate.google/en/what-is-food-sovereignty/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc). Acesso em: 29 nov. 2025.